



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**ACTA N.º 3/2013**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**Local: Sala de Sessões dos Paços do Município.**

**Data: 28/06/2013.**

**Iniciada às 21,00 horas e encerrada às 23,00 horas.**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- I. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR**
- II. INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA**

**ORDEM DO DIA**

- I. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**
- II. 6.ª MODIFICAÇÃO - 1.ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

A sessão iniciou-se com a presença de:

**Presidente da Mesa:** José Ramalho Ilhéu

**Primeiro-Secretário:** Dimas Joaquim Canhão

**Segundo-Secretário:** António José Lucena Dias

**Membros:** Henrique Lopes de Oliveira

José Pedro Pires dos Reis

Rui Manuel Chilrito Pereira

Ricardo Calixto Borges Cartaxo

Manuel Cerveira Dias

Manuel José Fernandes Pereira

Sara Maria Vidigal Correia

Francisco José Capelas Suzano

Rui Filipe Prata Ramos Reynaud

Joaquim Manuel Galamba Caeiro

Alexandre Maria Rodrigues Mendonça

Aline Margarida Amaral Batista do Rosário



*P. Duarte*  
~~W~~  
*DS*

**Presidente da Junta de****Freguesia de Granja** Joaquim Bonito Valadas**Presidente da Junta de****Freguesia de Luz** Francisco Simão Lopes de Oliveira**Presidente da Junta de****Freguesia de Mourão** António José Mendonça Ferreira

A sessão foi presidida pelo Sr. José Ramalho Ilhéu, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por Vítor Manuel Leal Vidigal, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, servindo de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira.

O Sr. Presidente deu início à sessão com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****I – APROVAÇÃO DA ACTA DAS SESSÃO ANTERIOR**

O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a acta da sessão ordinária do dia 29 de Abril de 2013, com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Joaquim Valadas para referir que não se referiu a carrinhas de caça mas sim a carrinha de caça.

O Sr. Rui Pereira para referir que pretende uma certidão da acta na parte onde o Sr. Joaquim Valadas se dirige a ele, tendo o Sr. Presidente da Mesa informado que terá de apresentar um requerimento à Mesa para esse efeito.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, sem a presença do senhor José Pedro dos Reis, com treze votos a favor e quatro abstenções dos senhores Dimas Ferro, Henrique Oliveira, Manuel Cerveira Dias e Manuel Pereira, que declarou abster-se em virtude de não ter estado presente na sessão.

**II – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a seguir conhecimento da correspondência endereçada à Assembleia Municipal, a qual poderá ser consultada por qualquer membro.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Ricardo Cartaxo para referir que tomou posse na sequência do falecimento de uma colega e que estando na quinta sessão que poderá ser a última, realça que sempre respeitou o órgão e os eleitores que representa. Mais referiu que esta Assembleia deveria ter outra capacidade de trabalho, pois sendo um órgão fiscalizador do Executivo deveria ter produzido um trabalho mais importante. Nunca a Assembleia tomou qualquer atitude de força perante qualquer situação ou assunto limitando-se a apreciar e votar as propostas do Executivo. A maioria sempre aprovou ou reprovou tudo consoante a orientação política. Apenas numa situação se verificou alguma discordância por parte dessa mesma maioria. Finalmente referiu que não tem nenhum desencanto em ter feito parte daquele órgão, mas preferia que tivesse sido eleito, o que pode vir a acontecer porque vai ser candidato e gostaria de ter tido uma participação mais activa na vida do concelho, pois a perenidade da vida do concelho é fundamental e todas as estruturas do poder local devem ser defendidas até à exaustão.

O Sr. Presidente da Mesa para agradecer a sensibilidade que teve para com a Assembleia ao falar de pé, que é assim que normalmente se faz, mas aqui não tem sido esse o hábito.

O Sr. Joaquim Valadas para perguntar como é que o Sr. Presidente justifica que pessoas sem qualquer vínculo laboral com a Câmara se encontrem a desempenhar funções?

O Sr. Presidente da Câmara para responder que quem trabalha na Câmara tem que ter qualquer vínculo, e se não têm vínculo é através de protocolos ou acordos de parceria com as instituições, pois não sabe a que se refere.

O Sr. Rui Pereira para se voltar a referir ao sinal da TV digital na Luz, que continua a dar problemas e já não há sinal analógico. Mais uma vez lembra que continua a haver agricultores que ainda não fizeram as escrituras dos seus prédios. Já passaram pelo governo vários primeiros-ministros e vários presidentes da EDIA e nada fizeram para que a situação se resolva, o que é uma vergonha.

O Sr. Presidente informou que ainda há poucos dias falou com a jurista da EDIA, que referiu estar a tentar solucionar a questão com a brevidade possível, mas o certo é que a situação se mantém. Mais referiu que o mesmo acontece com os problemas relacionados com a TV digital, em que cada entidade remete a responsabilidade para os outros.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O Sr. Francisco Oliveira para referir que ainda bem que é aqui levantado mais uma vez o problema da falta de legalização das propriedades em consequência do emparcelamento rural da freguesia de Luz. As várias entidades envolvidas (como por exemplo a Associação de Beneficiários da Freguesia de Luz) quase abandonaram o projecto de emparcelamento. Nesse projecto estava previsto o valor de 187.000 euros para registo das novas propriedades, 680.000 euros para reflorestação na freguesia e 1.200.000 euros para construção da adega e ponto de recolha de azeitona, mas o certo é que não sabe como foi possível deixar abalar esse dinheiro, sem nada ser feito como contrapartida.

### **ORDEM DO DIA**

#### **I – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentar o que se lhe oferecer, tendo este remetido, no geral, a sua comunicação para a informação escrita, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa a esta acta (documento número 3), fazendo parte integrante da mesma, e prestou ainda as seguintes informações:

- O processo do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local foi enviado para o Tribunal de Contas para efeitos de obtenção do visto prévio;
- Ainda não foi recebido qualquer relatório referente à inspecção ordinária efectuada ao Município pela IGF – Inspeção Geral de Finanças;
- Relativamente ao processo de alteração de toponímia de alguns arruamentos referiu que não foi mudado o nome de nenhum bairro, mas tão só foram alterados os números de policia para efeitos de adequação de acordo com as normas oficiais para atribuição do código postal;
- Estão a decorrer já as obras de construção do investimento na Herdade do Mercador.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos que os membros entenderem necessários, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Francisco Oliveira para perguntar quem é responsável pela limpeza da área do passadiço na freguesia da Luz, já que o Município mandou para lá vários trabalhadores, o que é benéfico e que fica agradado com a intervenção, mas lembra que há muitos mais locais a necessitar de limpeza, nomeadamente a estrada Mourão-Póvoa e ramais de acesso à freguesia de Luz. Se foi mandado limpar um espaço que supostamente pertence à EDIA, com maior força de razão se deveriam limpar os espaços da freguesia, como as estradas que dão serventia às propriedades agrícolas. Finalmente congratulou-se com a qualidade do



senal de televisão existente na freguesia de Luz, resultante do equipamento que ali foi instalado, que mesmo com alguns problemas é melhor do que nos concelhos vizinhos.

O Sr. Rui Pereira para louvar o trabalho da autarquia para que fosse possível ser dado inicio ao investimento da Herdade do Mercador, nomeadamente a aprovação da isenção do IMT, o que a não ter acontecido poderia desviar o investimento para outro local, e desejou que o mesmo seja concluído e que traga benefícios para o concelho e que seja cumprido um dos requisitos para aquela isenção, ou seja que 25% do total dos trabalhadores sejam do concelho de Mourão. Relativamente ao sinal de TDT na Luz referiu que sendo realmente melhor o certo é que também se paga por isso, o que não acontece em Mourão e na Granja.

O Sr. Henrique Oliveira para referir que não deve ser permitido que o Sr. Presidente intervenha depois de todos os membros terminarem as suas intervenções, pois o Sr. Presidente tal como os restantes membros do Executivo estão ali para responder, se assim entenderem, às solicitações dos membros da assembleia e não para fazerem intervenções. Relativamente ao louvor dado à actuação da autarquia relativamente ao projecto do Mercador, lembra que a Câmara e a Assembleia só fizeram o que tinham a fazer, e o projecto se vier a ser concretizado, deve-se exclusivamente aos promotores.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que não se deve dizer que a Câmara tem muito a ver com a obra do Mercador, porque depois se ela não se concretiza fica-se mal na fotografia. A Câmara e a Assembleia só fizeram o seu dever que é permitir que este e outros venham para Mourão e não o contrário como já aconteceu.

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos:

- Primeiro que tudo agradeceu a todos os membros do Executivo que durante o corrente mandato, concordando ou discordando das suas ideias, contribuíram para a gestão do Município. Mais agradeceu aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia a colaboração prestada pese embora também as naturais divergências de opinião e as diferentes maneiras de resolver os problemas da população. Finalmente agradeceu a todos os membros da Assembleia o contributo que deram na aprovação dos principais documentos de gestão do Município, e especialmente aos trabalhadores do município expressou a sua gratidão, referindo que sem eles todas as políticas seriam impossíveis de praticar e levar por diante.
- Os investimentos são realmente privados e não pretende tirar louros da sua execução, apenas se congratulando pela sua realização ser benéfica para o concelho;
- O passadoço se está na freguesia é da freguesia e a responsabilidade da sua limpeza é da Câmara, como é da Câmara a responsabilidade da limpeza dos restantes espaços públicos,



*Pras*  
*[Handwritten signature]*

como é o caso das estradas e caminhos, que se não estão limpos é por falta de tempo, e que a seu tempo será feita;

- Finalmente informou que a Águas do Centro Alentejo, através da empresa Renato Lima Azenha irá proceder a diversos trabalhos numa propriedade que o Município adquiriu recentemente, para tentar resolver a situação da qualidade da água da freguesia de Granja, nomeadamente a construção de um depósito horizontal de 12 mil litros, uma bateria de filtros com areia, uma unidade de desinfecção de cloro, uma central hidropressora, a construção de telheiro parcialmente fechado e instalação de todo um sistema hidráulico inerente às fases de tratamento e ligação ao reservatório existente e instalação eléctrica com quadro. Irão também ser adquiridas torneiras de descarga, para dividir a conduta de 30 em 30 metros para tentar limpar a conduta. É assim uma tentativa, que se espera bem sucedida de resolução de um problema que se arrasta há muitos anos.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que com os agradecimentos do Sr. Presidente se montou um cenário de amizade e harmonia, com o qual concorda, mas lembra que a Câmara não está a cumprir minimamente o protocolo que assinou com a Junta de Freguesia de Granja, e esta desenvolve trabalhos que são da responsabilidade do Município, de muitos milhares de euros. Assim tem para com a Junta uma dívida que não paga, e como é que se pode ter um são relacionamento institucional? Relativamente ao problema da água referiu que o Sr. Presidente teve uma dúzia e meia de anos para resolver a questão e não o fez, e vem agora dizer que está a tentar fazê-lo, quando está de saída. Este problema numa outra povoação menos tolerante já teria certamente desencadeado protestos bem mais calorosos, que a Câmara teria de enfrentar. Foi uma falta de respeito e desleixo do Executivo por aquela freguesia durante tantos anos.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que falta um cais na Luz, pois tanto a Câmara como a EDIA dizem possuir um cais na Luz. Relativamente ao protocolo referiu que não faz sentido ter sido celebrado e ser necessário andar a mendigar para ser ressarcido do valor do gasóleo que por vezes é gasto em serviços da Câmara. Finalmente referiu que embora tendo ideias e opiniões diferentes, nunca disse mal do Sr. Presidente.

O Sr. António Ferreira para agradecer as palavras do Sr. Presidente e referir que quando recebia as convocatórias da Assembleia supunha que seria para discutir os interesses do concelho e aprender alguma coisa, mas constata que passados quatro anos aprendeu muito pouco e se discutiu pouco os interesses do concelho.



*P. Vas*  
*[Handwritten signature]*

## **II - 6.<sup>a</sup> MODIFICAÇÃO - 1.<sup>a</sup> REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

### **"PROPOSTA**

### **PRIMEIRA REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, *"aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões"*.

Tendo em vista o cumprimento do referido preceito legal e da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária de 17 de junho de 2013, cujo teor seguidamente se transcreve, apresenta-se à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º do citado diploma legal, a proposta de PRIMEIRA REVISÃO das Grandes Opções do Plano e de Orçamento, respectivamente, para o quadriénio financeiro de 2013 a 2016 e o ano financeiro de 2013, de acordo com os documentos anexos:

#### **"2. 6.<sup>a</sup> MODIFICAÇÃO - 1.<sup>a</sup> REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

*Pelo Sr. Presidente foi posta à discussão a análise da 1.<sup>a</sup> Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Mourão, para o quadriénio financeiro de dois mil e treze a dois mil e dezasseis.*

*A 1.<sup>a</sup> Revisão das Grandes Opções do Plano inclui o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Actividades Mais Relevantes (PAMR) e apresenta as seguintes modificações:*

#### **PPI:**

- a) *Inscrições - Cinco mil euros*



*P. Dias*  
*[Signature]*

**PAMR:**

a) *Inscrições – Cento e trinta e seis mil e seiscentos euros*

*A 1.ª Revisão do Orçamento apresenta as seguintes modificações:*

**RECEITAS CORRENTES**

a) *Inscrições – Setecentos e quatro mil, oitocentos e sessenta euros*

b) *Reforços – Trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos euros*

c) *Anulações – Seiscentos e setenta mil, quatrocentos e sessenta euros*

**DESPESAS CORRENTES**

a) *Reforços – Trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos euros*

**DESPESAS DE CAPITAL**

a) *Reforços – Trinta e quatro mil e quatrocentos euros*

*Os documentos acima referidos, dada a sua extensão, ficam arquivados em pasta anexa (anexo n.º 11), fazendo parte integrante da mesma.*

*Apreciados os referidos documentos, e não havendo objecções ou pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou os mesmos à votação, tendo o Executivo deliberado:*

***Aprovar a 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, respectivamente, para o quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezasseis e para o ano financeiro de dois mil e treze, e apresentar os mesmos, sob a forma de proposta, à Assembleia Municipal para que esta os aprove.***

*Deliberação tomada por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos senhores Vereadores Joaquim Maria Dias Gonçalves e Anabela Ramalho Falcato Caixeiro, e em minuta."*

*Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça aprovação da Assembleia Municipal."*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Ricardo Cartaxo para referir que está plenamente de acordo com o reforço das verbas para o fim-de-semana da juventude, mas o mesmo já não acontece com as verbas destinadas ao arranjo paisagístico da rotunda. Gostaria de poder votar a favor a primeira situação (destinada ao entretenimento e cultura), mas não para a construção de uma



pequena réplica do Castelo de Mourão. Deveria sim ser gasto o dinheiro na reparação, manutenção e melhoramento do Castelo que desde há muitos anos não é objecto de nenhuma intervenção e que não oferece condições de segurança a quem o visita. Se está aberto ao público deveria ter as mínimas condições de segurança e estar devidamente limpo e minimamente arranjado. No ex-libris de Mourão (o Castelo) é que se deveria investir e não numa pequena réplica onde ninguém sequer pode parar.

O Sr. Rui Pereira para referir que o valor mencionado para obra da rotunda não de aquisição de materiais, mas sim de todos os custos como determina a contabilidade de custos, como seja a despesa com pessoal, os encargos para a segurança social, seguros, etc. É pena que não venha desagregado por rubricas de despesas para dar melhor a ideia dos custos reais. Mais referiu que há semelhança do que disse o Sr. Ricardo, as despesas realizadas com a juventude e com o entretenimento e cultura são sempre bem empregues e justificáveis. Finalmente referiu que na freguesia de Granja, nos últimos oito anos nunca foi facultado qualquer balancete das contas daquela Junta, não se sabendo se há ou não dinheiro ou dívida.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida proposta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dez votos a favor, um voto contra do senhor Ricardo Cartaxo, e sete abstenções dos senhores José Pedro dos Reis, Joaquim Caeiro, Joaquim Valadas, Manuel Cerveira Dias, Henrique Oliveira, Francisco Oliveira e Sara Correia, e em minuta.

#### **PERIODO ABERTO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum munícipe pretendia intervir, tendo solicitado a palavra, que lhe foi cedida, as senhoras:

A Sr.<sup>a</sup> Cristina Maria Carrilho Coelho, residente na aldeia da Luz, para dizer que gostava de saber qual a posição do Executivo sobre a escola da Luz. Está prestes a iniciar-se novo ano lectivo e como foi bastante falado o possível fecho do 1.<sup>o</sup> ciclo daquela escola, nas Assembleias de freguesia, onde o Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que quem tinha maior interesse naquele encerramento era do Executivo camarário, gostaria realmente de saber qual a posição do Executivo.

A Sr.<sup>a</sup> Rute Isabel Santana Vidigal, residente na aldeia da Luz, para referir que é lamentável estar feito o investimento na conduta de água até ao concelho e não ser aproveitada para servir as populações da Granja e da Luz, uma vez que a água vem da Barragem do Monte Novo já devidamente tratada. Mais referiu que frequentemente lê os editais com os resultados das análises da água da freguesia de Luz e verifica que não



constam do mesmo os valores dos nitratos, ao contrário do que sucede com os resultados das análises das freguesias de Granja e Mourão. Os valores dos nitratos são os que deveriam ser mais controlados pois os nitratos são das substâncias mais perigosas para a saúde pública, nomeadamente para as grávidas e sobretudo para os bebés. Maior preocupação surge ainda porque a água de abastecimento à freguesia de Luz tem origem em três captações subterrâneas, em que o maior poluente são os nitratos devido às explorações agrícolas, que estão bastante presentes na aldeia da Luz, e em ordem de razão ainda bem, mas por estarem demasiado próximas são foco de poluição. Outra situação que lhe merece reparo é a existência das chamadas câmaras de varrer para descarga nas condutas de esgotos, que embora não sendo proibidas, deverão recorrer a águas não tratadas, porque as águas tratadas são escassas e o tratamento é bastante dispendioso, pelo que é de lamentar a sua utilização em câmaras de varrer. Finalmente referiu que fica grata pelos esclarecimentos que lhe possam ser prestados.

O Sr. Presidente da Câmara autorizou que fosse a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria Clara Safara a esclarecer a munícipe sobre a questão relacionada com a escola da Luz, tendo esta informado que todo o Executivo se mostrou favorável à continuação do funcionamento do 1.<sup>o</sup> ciclo na escola da Luz. Numa reunião com a Sr.<sup>a</sup> Director Regional de Educação e os Srs. Presidentes da Câmara e da Junta de Freguesia de Luz foi colocada a hipótese de funcionamento naquela escola de um curso profissional de nível secundário, mas que não seria por troca com o 1.<sup>o</sup> ciclo, mas sim para funcionamento em simultâneo. Assim foi lançado o curso, só não se sabendo se funciona por não se saber se existem alunos suficientes pois ainda não saíram as notas dos alunos que terminam o 9.<sup>o</sup> ano. Há cerca de duas semanas houve uma reunião na Direcção Regional com os representantes dos Municípios e dos Agrupamentos de Escolas, e aí é que foi debatido caso a caso consoante o número de alunos quais as escolas a encerrar, na qual se inseria o 1.<sup>o</sup> ciclo da escola da Luz, mas como já tinha sido feito o pedido de exceção, no qual se invocavam as mais diversas razões, nomeadamente a desistência da construção do centro escolar de Mourão, espera-se que o mesmo seja aceite. Até ao momento não se sabe qual a decisão final.

Relativamente à segunda questão o Sr. Presidente da Câmara informou que o aproveitamento das condutas vindas do Monte Novo seria de facto uma alternativa viável e que haverá todo o interesse em reivindicar, para a resolução dos problemas de abastecimento de águas às freguesias de Luz e Granja. No que diz respeito às análises de água, são enviadas, as das três freguesias, para a ERSAR, que é a entidade reguladora do sector, e no site desta entidade poderão ser consultados os resultados das análises da água de todo o país. Sobre a questão dos nitratos que de facto em todo o Alentejo apresentam valores elevados devidos às actividades agrícolas praticadas, se não constam os respectivos

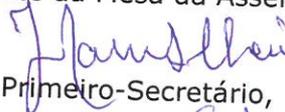


valores nos editais será por alguma questão legal de que enviará informação à senhora munícipe. Relativamente às câmaras de varrer referiu que são de facto uma herança pesada que nos foi deixada pela deficiente construção da rede de esgotos e que terá de ser equacionada uma outra solução.

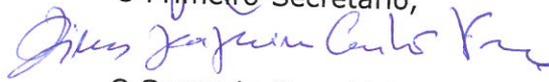
Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia informou que por a próxima sessão ordinária poder coincidir com o período de campanha eleitoral e caso não se verifique manifesto interesse na discussão e votação de algum assunto, a mesma não se irá realizar. Agradeceu a todos os membros a forma como cada um contribuiu para o bom funcionamento da assembleia, na qual procurou permitir a expressão de cada opinião. Pensa que cada um à sua maneira e com ideias diferentes, todos quiseram desenvolver o seu trabalho em prol dos interesses do concelho. Finalmente desejou a quem os vier substituir e aqueles que prorrogarem os seus mandatos que direccionem também as suas funções para a defesa dos interesses do concelho e dos seus munícipes.

E, por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada esta sessão, eram 23,00 horas. Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção do Sr. José Pedro dos Reis, no final da sessão, e vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo.

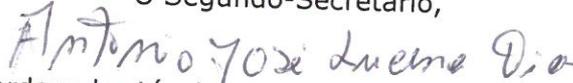
O Presidente da Mesa da Assembleia,



O Primeiro-Secretário,



O Segundo-Secretário,



O Coordenador técnico, servindo de chefe de divisão,

